



PONTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 23.945.627/0001-10

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação em reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto indicação em contrário)

1. Contexto operacional: A Pontus Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Rua dos Ottoni, 742, no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte, Minas Gerais. A Companhia foi constituída pela Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A. e Oncologia Participações S.A., e tem como objeto social a participação, gestora ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresariais. O objetivo da Companhia é realizar investimentos e participações societárias em outras sociedades na área de prestação de serviços médico-hospitalares, seja em parcerias com outras sociedades ou não. A partir de 2020, a Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A., sociedade por ações, com sede no Rio de Janeiro, passou a integrar o quadro societário da Pontus em 2020, substituindo a Oncologia Participações S.A., em cumprimento ao Acordo de Investimentos celebrado entre Oncoclinicas e Unimed-Rio, em 09 de janeiro de 2019, e o Acordo de Acionistas, datado de 31 de julho de 2020. Este acordo de Investimentos estabeleceu a parceria para aquisição da operação do Hospital da Fundação de Controle do Câncer ("Vendedora") e situado na cidade do Rio de Janeiro. Em 10 de janeiro de 2020, a Pontus Participações celebrou com a Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer, um contrato de compra e venda da operação do hospital citado, com intervenção-anuência da Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A. e Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A. Para tanto, uma das exigências previstas no contrato, foi a implementação de uma reorganização societária da Vendedora, por meio da qual a totalidade dos ativos, passivos e operações do Hospital foram transferidos a uma nova sociedade anônima, constituída especificamente para esse fim, cujo capital deveria ser integralmente detido pela Vendedora. Esta sociedade foi criada em maio de 2019 e denominada Hospital de Oncologia do Méier S.A. ("Hospital"), e ainda conforme o contrato de compra e venda de ações, o preço compactado entre as partes previa parte do pagamento à vista e outra parte em parcelas, a partir da evidência do cumprimento de série de condições para conclusão do negócio. Em 31 de julho de 2020, deu-se o termo de fechamento e outras avenças, no qual as partes concordaram que todas as condições foram devidamente satisfetidas e que todos os ativos do negócio listados no contrato e qualquer outro necessário para a condução do negócio no seu curso normal foram devidamente transferidos para o Hospital, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2020. Portanto, a partir de agosto de 2020, a Pontus Participações S.A. assumiu efetivamente o controle e a operação do Hospital de Oncologia do Méier S.A., o qual representa seu único investimento em balanço em 31 de dezembro de 2020. Em 08 de outubro de 2020, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada, foram deliberados um novo estatuto social e um novo nome fantasia para o hospital, o qual passou a se chamar "Hospital Doutor Marcos Moraes". O Hospital está situado na cidade do Rio de Janeiro e tem como objeto o atendimento médico-hospitalar geral, em diversas especialidades, inclusive oncologia, radioterapia, procedimentos cirúrgicos, clínica e assistência médica, consultas e internações; atendimento de pronto-socorro, operação de unidades hospitalares para urgências e UTI móvel; serviços de diagnósticos laboratoriais e por imagem, endoscopia, ultrassom, tomografia e similares, além de prestação de serviços complementares e de suporte às atividades anteriores. No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R\$ 39.951 mil (R\$ 15.374 mil em 2020), o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 9.314 mil (R\$ 22.473 mil em 2020), e apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 18.401 mil em 2021 (patrimônio líquido positivo R\$ 6.380 mil em 2020). Para reverter esta situação, a continuidade operacional da Companhia, conforme divulgado acima, depende do sucesso da conclusão dos seus planos a serem executados em sua investida, abaixo apresentados: Retomada de procedimentos e cirurgias de maior complexidade conforme arrefecimento da pandemia de COVID-19, aumento da ocupação de leitos decorrente desta retomada e consequente aumento do ticket médio. Diversificação das fontes de receita através de credenciamento de novas fontes pagadoras, atração de novos médicos e ajuste das tabelas de preço. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas para retomada de procedimentos e diversificação das fontes de receita, são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações. 1.1. Covid: Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial, inclusive no Brasil. Nos trimestres de maior impacto, a Companhia tomou algumas medidas estratégicas para fazer frente aos efeitos da pandemia, como por exemplo o reforço da posição de caixa, adoção de plataforma de telemedicina para atendimentos, além do reforço dos estoques de materiais e medicamentos para tratamento dos pacientes de COVID-19. A Companhia permanece monitorando todos os possíveis impactos da pandemia nas suas operações, bem como situação de caixa, crédito, câmbio, preço de ações e investimentos, todos esses descritos em suas respectivas notas explicativas. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Moeda funcional e apresentação: A moeda funcional da Companhia é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o Real. As informações contábeis são apresentadas em reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas sem centavos. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para crédito de liquidação duvidosa); (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado; e (iii) contabilização de provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas estimadas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A Companhia reconhece provisão para causas tributárias civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados. A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributário, civis e trabalhistas são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor. A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se impactar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se impactar tanto o período presente como períodos futuros. 3. Principais práticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as seguintes principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa: Representado por ativos de caixa, por saldos em contas bancárias e em aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos originais de até noventa dias, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com insignificante risco de mudança de valor. b) Investimentos: Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações contábeis individuais. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as aplicações contábeis estejam de acordo com as adotadas pela controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da controladora em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. c) Combinação de negócios: Representação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020: Durante o exercício de 2021, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como o valor justo dos ativos identificáveis da aquisição do Hospital de Oncologia do Méier - Marcos Moraes, foi avaliada e apurada de forma definitiva a partir da posição patrimonial na data de aquisição em 31 de julho de 2020 mediante o Purchase Price Allocation (PPA). Foi reconhecido um aumento no ágio no montante de R\$9.084 mil, desmembrado em uma redução da posição patrimonial de R\$5.221 mil e um aumento na contraprestação de R\$3.863 mil. A Oncoclinicas, controladora da Pontus Participações, assumiu um compromisso de repassar R\$9.000 mil à Fundação Ary Frauzino, em razão de um acordo de parceria celebrado entre as partes, para o desenvolvimento de iniciativas destinadas a educação e promoção de saúde na área de oncologia. Desta forma, o valor foi considerado na contraprestação da combinação de negócio e reconhecido o ágio na Oncoclinicas o montante de R\$ 9.000 mil e na Pontus o montante de R\$ 10.421 mil. A alocação do preço de aquisição e a mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") na aquisição de participação societária no Hospital Marcos Moraes, foram estabelecidas da seguinte forma:

Table showing goodwill and other intangible assets breakdown for 31/12/2020 and 31/12/2021.

Anteriormente apresentado, Ajuste, Reapresentado table for operating income.

Prejuízo operacional antes do imposto de renda e contribuição social table.

Prejuízo operacional antes do imposto de renda e contribuição social table.

Hospital Doutor Marcos Moraes S.A. 100,00% 100,00% d) Imposto de renda e contribuição social: Tributos correntes: A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma: Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240. Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%: A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. e) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. f) Apropriação do resultado: O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber prestação dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, glosas, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor faturado. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade, conforme descrição a seguir: g) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio): A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado.

Percentagem de participação table for Hospital Doutor Marcos Moraes S.A.

A movimentação do investimento está assim demonstrada: Sociedade - Hospital Doutor Marcos Moraes 31/12/2019, Aquisição, Ágio, Mais e Menor de ativos adquiridos, Total.

Table showing investment movement for Sociedade - Hospital Doutor Marcos Moraes.

Table showing investment movement for Sociedade - Hospital Doutor Marcos Moraes.

Dados da controlada: Hospital Doutor Marcos Moraes S.A. Ativo, Passivo, Patrimônio líquido.

6. Fornecedores: Os valores registrados como fornecedores são, substancialmente, representados por saldos a pagar a fornecedores nacionais de medicamentos. Tais medicamentos são utilizados nos procedimentos quimioterápicos.

7. Obrigações tributárias: a) Saldo passivo 2021, 2020.

b) Conciliação do resultado 2021, 2020.

8. Partes relacionadas 2021, 2020.

Contas a receber: Sociedades ligadas, Fundação Ary, Total.

(redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). h) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: Os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros ou passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. (ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao Valor justo por meio do resultado (VJR). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) ou por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). 3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguros; IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture; Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes; Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à estrutura conceitual; Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilização: Recursos antes do uso pretendido; Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos onerosos custo de cumprimento do contrato; Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1)), CPC 43 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura; Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis; Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis; Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").

4. Caixa e equivalentes de caixa: As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Table showing cash and equivalents for 2021 and 2020.

Caixa e bancos 2021, 2020.

5. Investimentos 2021, 2020.

Table showing investments for Hospital Doutor Marcos Moraes.



PONTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 23.945.627/0001-10

10. Provisão para perda com investimentos

	2021	2020
Provisão para perda com investimentos	2.118	-
Total	2.118	-

11. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 20.001 dividido em 20.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária de agosto de 2019. Conforme a Assembleia Geral Extraordinária realizada pela Companhia, em 31 de julho 2020, o Conselho aprovou o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 10.000.000 (dez milhões) de novas ações, por um preço total de emissão de R\$ 11.569, fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das S.A. O preço de emissão foi alocado da seguinte forma na Companhia: (i) R\$ 10.000 foram destinados à conta de capital social da Companhia; (ii) R\$ 1.569 foram destinados para a conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 182, §1º da Lei das S.A. O quadro acionário é composto conforme segue:

2020	Capital social	Capital votante	Ações ordinárias
Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A.	10.002	50,01%	10.002.500
Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A.	9.999	49,99%	9.998.500
Total	20.001	100%	20.001.000

2021	Capital social	Capital votante	Ações ordinárias
Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A.	10.002	50,01%	10.002.500
Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A.	9.999	49,99%	9.998.500
Total	20.001	100%	20.001.000

b) **Adiantamento para futuro aumento de capital:** A Companhia possui adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 15.788 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 259 em 31 de dezembro de 2020). c) **Reserva de lucros:** Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. (i) **Reserva legal:** está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para absorver prejuízos; (ii) **Reserva de lucro:** conforme artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. d) **Distribuição de lucros:** Conforme descrito no estatuto social, dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e tributos sobre o lucro, o lucro remanescente terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. (ii) Do saldo do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal e eventuais ajustes determinados pelo art. 202 da Lei nº 6.404/76 e pelo estatuto, serão destinados 50% para o pagamento de dividendo obrigatório à todos os acionistas, conforme prevê o estatuto, salvo

decisão unânime em contrário da Assembleia Geral.

12. Custos e despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseados na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Despesas por natureza	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Despesas com comunicação	(1)	-
Despesas com serviços de terceiros	(22)	(71)
Outras receitas (despesas)	(1)	(1)
Total	(24)	(72)

13. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receita financeira	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Rendimento de aplicação financeira	1	1
Subtotal	1	1

Despesa financeira

Juros passivos decorrentes das aquisições de participações societárias	(668)	(294)
Subtotal	(668)	(294)
Total	(667)	(293)

14. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. A apólice é feita diretamente pela Holding, sendo que os prêmios e os riscos são cobertos para a Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	Cobertura (R\$)	Vigência
Responsabilidade Civil	R\$2.000	14/12/2022
Responsabilidade Administrativa D&O	R\$100.000	29/04/2022
Responsabilidade Profissional E&O Patrimonial	R\$30.000	18/12/2022
	R\$46.700	31/12/2022

15. Contingências

A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja provável. Contudo, nos anos de 2021 e 2020 não existiram litígios movidos contra a Companhia, que requeressem a apresentação de valores prováveis ou possíveis em suas Demonstrações contábeis.

16. Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das Demonstrações contábeis da Companhia foi aprovada e autorizada pela Administração em 18 de março de 2022.

Diretoria

Eduardo César Alves
Diretor

Contador

Bráulio Rios Sá - CRC 117577/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Pontus Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Pontus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pontus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para as demonstrações contábeis, as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos recorrentes, capital circulante líquido negativo em R\$ 9.314 mil, Prejuízos acumulados no montante de R\$ 55.399 mil e passivo a descoberto de R\$ 18.041 mil. Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1, a continuidade normal das suas atividades operacionais dependerá do devido cumprimento do plano de ação estratégico de sua controlada, bem como do sucesso na implementação dos planos apresentados. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia e não refletem qualquer ajuste em relação a esta situação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2022.

Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C4F2-27DC-5B18-4821> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C4F2-27DC-5B18-4821



Hash do Documento

9oFlvkJ/BuwxtqmA6s9AZzE7aGlxYTmPByXRFzPUk4=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 30/03/2022 21:40 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

